


ID: 12	Reconquista	Tiragem: 11 000	Página: 31	
Data: 23.03.2023		País: Portugal	Cor: preto e branco	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

TRANSPORTES PÚBLICOS

A ciclovia de Idanha-a-Nova

Idanha-a-Nova, de acordo com o Censos 2021, é um concelho que tem apenas 8.340 habitantes e que nos últimos 20 anos perdeu 38,65% da sua população, seja mais de um terço da população. Constituinte um dos maiores entraves ao seu desenvolvimento, Idanha-a-Nova é um concelho que não oferece transportes públicos aos seus munícipes nem a quem ali trabalha e estuda ou mesmo a quem o pretenda visitar. De facto, os transportes públicos são praticamente inexistentes dentro do concelho, bem como para quem pretende deslocar-se de e para os concelhos limítrofes, designadamente professores e alunos, e particularmente para Castelo Branco (capital de distrito) onde se encontram centralizados os transportes rodoviários e ferroviários que permitem aceder de e para o resto do país. Pura e simplesmente não existem transportes públicos nem a partir do entardecer nem aos fins de semana, o que impede a população local, bem como os estudantes que ali se encontram a estudar e a residir de se deslocarem naqueles períodos, e, designadamente, de conhecer o próprio concelho que escolheram para estudar. Sendo o Instituto Politécnico de Castelo Branco e a sua Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova o principal contribuinte líquido

para a atração dos mais novos para o concelho e para a sua fixação no território, as acessibilidades são um problema real em termos estratégicos para o território e constitui um grave constrangimento à sustentabilidade do Ensino Superior em Idanha-a-Nova. São diárias as queixas e reclamações de alunos e professores daquela Instituição face à ausência de mobilidade e à muito deficiente rede de transportes, mais a mais se atendermos a que a esmagadora maioria dos estudantes e professores daquela Escola vêm de fora de Idanha-a-Nova e são provenientes de outras zonas do país, estando obrigados a deslocar-se de e para essas outras regiões numa necessária mobilidade. A Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, do Instituto Politécnico de Castelo Branco, propõe-se consolidar laços com outras instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais, incluindo o estabelecimento de parcerias a nível de criação de novas ofertas formativas quer com outras Unidades Orgânicas (Escolas) do IPCB, quer com outras Instituições congêneras, Politécnicas e Universidades, sendo a internacionalização uma das suas prioridades. Tal desiderato exige o intercâmbio de experiências e saberes, o que implica, também, e naturalmente, o intercâmbio de professores, in-

vestigadores, estudantes e funcionários, com o estabelecimento de protocolos, importando assegurar a todos a necessária mobilidade e as necessárias condições de trabalho, estudo e investigação. Interpelado o Presidente do Município para informar sobre a rede de transportes atualmente existente no concelho, dentro do concelho e com os concelhos vizinhos, bem como a nível nacional e internacional, designadamente com Espanha, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova recusa prestar toda e qualquer informação sobre algo que se afigura como absolutamente essencial para a sustentabilidade da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, não se disponibilizando minimamente para assegurar a esta Escola as mínimas condições de trabalho, estudo e investigação. E recusa essa informação, depreende-se, para não cair no ridículo da resposta a dar. Aliás, a ausência de transportes a partir do final da tarde bem como ao fim de semana constitui um grave constrangimento à sustentabilidade da Escola Superior de Gestão e ao seu crescimento e desenvolvimento em Idanha-a-Nova dado que impede novas ofertas formativas, cursos e licenciaturas ao nível do pós-laboral, bem como à criação de cursos de pós-graduação e mestrados que funcionam regularmente à noite e às sextas-feiras à tarde e até ao final

do dia e sábados, e em que os transportes são inexistentes. Seja, e como já alguém escreveu e disse, em tempo, ter, hoje, Ensino Superior em Idanha-a-Nova é um acto de coragem. Um acto de coragem de todos aqueles que trabalham e estudam na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova. Assiste-se, agora, com o inevitável ribombar dos tambores, ao anúncio por parte da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova de um putativo investimento de 1,2 milhões de euros em transportes públicos, com vista a uma rede, diz o município, de transportes municipal e intermunicipal de maior qualidade e proximidade. Ora, o investimento anunciado, no montante de € 1.277.292,25, corresponde, tão somente, a participação financeira a suportar pelo Município de Idanha-a-Nova na abertura do procedimento de concurso público de concessão de transporte público de passageiros para a Beira Baixa e a efetuar pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), para o período de 5 anos, no valor total, para todos os Municípios integrantes, de € 6.387.495,36. Sendo que esses encargos se assumem como compromissos plurianuais e se repartem por aquele período de 5 anos, com o valor anual de € 255.458,45. Seja, os encargos financeiros para o Município de

Idanha-a-Nova para um contrato em que se desconhecem os seus exatos contornos, designadamente de quais os serviços a prestar em cada Município e se vão acrescentar alguma coisa à precariedade existente, com início estimado em 2024, é de € 255.458,45 por ano. Ora, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova anuncia que vai "investir", diz, € 255.458,45 (duzentos e cinquenta e cinco mil euros) por ano em transportes públicos, pelo período anunciado de 5 anos, quando, no ano que decorre, realiza um outro extraordinário investimento numa outra extraordinária infraestrutura, e que é uma também extraordinária, estratégica e magnífica CICLOVIA que liga Idanha-a-Nova a... Idanha-a-Nova, e que tem um custo igualmente extraordinário de € 1.407.882,00, seja UM MILHÃO QUATROCENTOS E SETE MIL OITOCENTOS E OITENTA E DOIS EUROS. Investimentos, estes, que são expressivos da incapacidade do executivo municipal de Idanha-a-Nova de aquilatar e compreender as prioridades e as necessidades do concelho e das suas populações e instituições, e que mais não são do que o permanente e eterno faz-de-conta do faz-de-conta. José Pedro de Sousa Deputado Municipal